

Brasil quer US\$ 1,5 bilhão em 18 meses do FMI

BRASÍLIA — O Brasil quer fazer um acordo **stand by** com o FMI com duração de 18 meses; obter US\$ 1,5 bilhão (CZ\$ 2,04 bilhões) de recursos da instituição neste período; e não abre mão de fixar a meta do déficit público em 4% neste ano. Essas são as principais condições para um acordo que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, levará ao Diretor-Gerente do FMI, Michel Camdessus, amanhã em Washington.

O contato entre os dois deverá abreviar as negociações a nível técnico, pois o Ministro deixará previamente definidos os pontos das metas econômicas. Com isto, espera evitar a praxe de diversas notas trocadas entre o Governo e a direção do Fundo. O Palácio do Planalto informa que Mailson discutirá nesse encon-

tro as bases do acordo, pois as negociações das questões fundamentais "já estão bem adiantadas", segundo informou ontem o Porta-Voz da Presidência, Carlos Henrique Santos.

O Governo brasileiro quer agilizar as negociações, para ter acesso a US\$ 1,5 bilhão até dezembro de 1989. Para isto, o acordo deve abranger o período de julho de 1988 a dezembro de 89. Mas Mailson lembrará a Camdessus que as medidas de austeridade orçamentária e monetária, já vêm sendo antecipadas pelo Governo.

Como resposta aos apelos do Fundo para a realização de uma redução adicional do déficit público, o Ministro vai ponderar que o limite de 4% é o máximo que pode conseguir, dadas as condições políticas, sociais e

econômicas do País. Ele conta com a compreensão do Diretor-Gerente, já demonstrada em outras ocasiões. Valendo-se dessa compreensão, tentará convencer Camdessus de que o Brasil não pode submeter-se à imposição da vinculação dos desembolsos dos bancos credores e do cumprimento das metas com o FMI. O Ministro voltou a defender essa tese ontem, durante reunião do Conselho Monetário Nacional, mas ressaltou que não é fácil obter sucesso no pleito.

● **BIRD** — Alta fonte do Ministério da Fazenda revelou que o Ministro Mailson da Nóbrega também vai negociar com o Bird a liberação de empréstimos pendentes ao Brasil. E garantiu que o veto americano ao aval do Bird a empréstimos ao País não vai afetar em nada as negociações. "Não houve encaminhamento formal da proposta aos bancos, por isso não se pode falar em veto".